



## **Revisão da literatura sobre partidos políticos.**

**Autora: Daniela Costanzo de Assis Pereira**

**2º semestre de 2012**

### **Resumo**

Este artigo pretende fornecer ao professor do Ensino Médio a história dos partidos políticos, abordando aspectos do seu surgimento, aqui e em outros países do mundo e de sua história. Além disso, aborda-se assuntos relacionados a Ciência Política, a partir da análise de sistemas partidários e de organizações partidárias, sobretudo no Brasil. A primeira discussão que se estabelece é sobre a tipologia dos partidos, depois aborda-se a visão de diversos teóricos sobre as mudanças que ocorreram no interior dos partidos e na relação destes com o Estado e a população. Em seguida, apresento a análise do sistema partidário brasileiro, envolvendo a história da trajetória deste sistema no Brasil, a teoria sobre organização partidária, sobre o sistema multipartidário, a arena eleitoral e a arena parlamentar. Por último, trato dos partidos no Brasil Contemporâneo, apresentando o que a literatura tem pensado em relação a possível identificação partidária em torno de dois partidos principais que recentemente centralizam as principais disputas eleitorais.

### **Os Partidos Políticos**

A literatura sobre partidos não é muito extensa, afinal os partidos políticos são um fenômeno não muito antigo. Um dos primeiros teóricos que sistematizou e classificou os partidos políticos foi Maurice Duverger(1970), que os estudou na Europa e criou categorias para explicá-los. Até hoje a teoria de Duverger é utilizada e debatida, podendo ele ser considerado um clássico.

O surgimento dos partidos políticos

Até 1850 apenas os Estados Unidos tinham partidos políticos no sentido moderno do termo. Já em 1950, era possível encontrá-los em quase todos os países com sistemas políticos estabelecidos.



Como se deu essa passagem? Duverger explica que cada país passou por uma história diferente, e estas devem ser analisadas separadamente, mas ele oferece ferramentas para entendermos este surgimento. No geral, parece estar vinculado à democracia e à expansão do sufrágio.

Os partidos poderiam ser entendidos como uma junção dos grupos parlamentares e comitês eleitorais. Primeiro surgiram os comitês eleitorais<sup>1</sup>, que atuavam na arena eleitoral, ou seja, fora do Estado e perto do povo, depois apareceram os grupos parlamentares<sup>2</sup>, que atuavam dentro do parlamento, e então estabeleceu-se uma ligação permanente entre os dois elementos. Nem sempre essa ordem acontece na prática, pois muitas vezes os grupos parlamentares vieram antes dos comitês eleitorais, justamente por muitas vezes os parlamentos existirem antes das eleições.

Outro impulso importante para o surgimento dos partidos foram as doutrinas. Muitas vezes os grupos locais se transformaram em grupos ideológicos<sup>3</sup>, o autor cita os casos dos integrantes do Clube Bretão que se encontravam em Versalhes e depois se transferiram para Paris, e dos Jacobinos que também formavam um grupo ideológico na época da Revolução Francesa.

Além dos dois elementos acima (comitês eleitorais e grupos parlamentares), é necessário ainda que haja interesse dos integrantes do partido por um cargo ou pela eleição para que o grupo se transforme em um partido. Por isso, em alguns países, o surgimento de diversos partidos coincidiu com a adoção do sistema proporcional, o que caracteriza a Lei de Duverger, que diz que o sistema proporcional<sup>4</sup> leva ao multipartidarismo<sup>5</sup> (e não o contrário).

O autor dá maior importância, no entanto, a expansão do sufrágio para o crescimento do número de partidos. Em um país com sufrágio restrito, não é necessária a criação de comitês para enquadrar os eleitores, já que eles são “evoluídos socialmente” e são, portanto, capazes de escolher os candidatos sem a apresentação de um partido. Já em uma situação de sufrágio universal ou ampliado, se não se cria partidos, as pessoas votam nas elites, pois são os únicos candidatos que elas conhecem razoavelmente. Por isso, a criação dos comitês eleitorais costuma ser iniciativa da esquerda para tornar conhecidas novas elites, e então a direita passa a criar comitês para não perder espaço.

---

<sup>1</sup> Comitês eleitorais eram grupos que se reuniam fora do parlamento para eleger candidatos

<sup>2</sup> Grupos parlamentares eram conjuntos de políticos que se uniam dentro do parlamento

<sup>3</sup> Grupos ideológicos eram pessoas que se reuniam para discutir pensamentos em torno de sua ideologia

<sup>4</sup> Sistema proporcional é aquele onde as porcentagens dos votos reflete no número de cadeiras de cada partido na casa legislativa

<sup>5</sup> Multipartidarismo é a existência de vários partidos concorrendo aos cargos públicos



Unindo então os comitês eleitorais e os grupos parlamentares, surgiram os partidos. Após criado o partido, ele deve criar comitês eleitorais nos lugares que ainda não tem. Dá-se o processo inverso ao da criação, portanto, partindo dos partidos para comitês eleitorais.

### **Os tipos de partidos**

A tipologia em torno dos partidos políticos é o tema que mais criou divergências entre os teóricos que os estudaram, pois em cada época da história é natural que os parâmetros se alterem e novas tipologias apareçam. No entanto todas elas podem contribuir para o melhor entendimento dos partidos hoje e são bases para discussões contemporâneas.

I – Partidos de notáveis e Partidos de massas de Weber(2009): os primeiros quase não têm estrutura, funcionam apenas para ganhar eleições, não têm ideologia e tem poucos membros, todos muito conhecidos pelas elites. Os Partidos de massas têm atividade constante, uma estrutura permanente e muitos integrantes.

II – Partidos de Massa e Partidos de Quadros de Duverger: Os partidos de quadros se preocupam quase que exclusivamente com as eleições, eles são compostos por notáveis que administram os votos, os contatos com candidatos e eleitores. Nos partidos de massas, os filiados são essenciais, são eles que constituem a alma do partido, administram as campanhas, deles depende a ideologia e a sobrevivência dos partidos, eles costumam ter uma estrutura bem consistente também.

III – Partidos de representação individual e Partidos de integração social para Neumann(1956): Os partidos de representação individual só funcionam em época de eleição, e servem apenas para eleger candidatos. Os partidos de integração social são organizações coerentes, influentes, consistentes e abertas à participação dos integrantes.

IV – Os dilemas organizativos de Panebianco(1982): para o autor, os partidos passam por 4 dilemas organizativos em sua existência, e eles têm que lidar com esses dilemas e equilibrá-los. Esta forma de lidar com os dilemas vai determinar os tipos de partidos. São eles:

Dilema I: modelo racional versus modelo do sistema natural:

Para a teoria racional, as organizações são instrumentos para realização de objetivos específicos, e toda sua estrutura organizativa e atividades são voltadas para a realização desses objetivos o que basta para explicar a estrutura organizativa das organizações. Para o modelo natural, a organização tem muitas demandas que vêm dos vários jogadores e ela tenta manter o equilíbrio respondendo a essas várias demandas.



Dilema II: incentivos coletivos versus incentivos seletivos:

Há duas teorias sobre quais incentivos uma organização deve distribuir para atrair associações.

A primeira diz que os incentivos devem ser coletivos, ou seja, a organização deve distribuí-los igualmente para todos os participantes. A segunda diz que os incentivos são seletivos, ou seja, são distribuídos apenas para algumas pessoas e de forma desigual. O ideal é que a organização equilibre as duas formas de distribuir incentivos, pois assim atenderá todos da organização.

A ideologia é um dos principais incentivos coletivos. A primeira função dela é manter a identidade da organização aos olhos dos seus defensores. A segunda função é ocultar a distribuição dos incentivos seletivos.

Dilema III: adaptação ao ambiente versus predomínio sobre o ambiente:

As organizações estão inseridas sempre em um ambiente. Há dois tipos de teorias que estudam essa relação: aquelas que falam que a organização tende a se adaptar passivamente ao ambiente e as que dizem que a organização domina o ambiente.

Panbianco(1982) critica as duas teorias, e diz que essa relação entre ambiente e partido vai depender de muitas coisas, já que há uma diversidade de partidos e de ambientes nos quais os partidos estão inseridos, que são sempre mais do que um. A maneira pela qual o partido vai se relacionar com o ambiente em cada situação também depende de como ele lida com os outros dilemas organizativos.

“Os interesses pela autoconservação, alimentados pelos incentivos seletivos levam a organização a se adaptar ao próprio ambiente, enquanto as lealdades relacionadas aos incentivos coletivos e, enfim, à ideologia organizativa, levam-na a dominar o próprio ambiente.” (PANEBIANCO 1982, p.26)

Dilema IV: liberdade de ação versus coerções organizativas:

Teorias que enfatizam a liberdade de ação dos dirigentes e teorias que enfatizam os limites de ação dos dirigentes. O autor destaca que normalmente o que acontece é uma coalizão de interesses e de decisões, e considera fundamental para a sobrevivência da organização que se tenha uma certa margem de manobra em relação às decisões, ou seja, se as coalizões de decisão forem muito rígidas, isso repercute na organização, ameaçando-a.

V – Partidos Catch-all de Kirchheimer(1966): o objetivo destes partidos é ganhar as eleições, eles querem agradar qualquer eleitor, por isso a ideologia é drasticamente reduzida, há uma acentuação da liderança, o fortalecimento dos grupos dirigentes(os deputados, ou seja, quem tem cadeiras no parlamento, toma as decisões importantes),



a diminuição do papel dos inscritos ao partido, há uma menor acentuação de uma classe social como referência eleitoral (não se diz mais claramente qual é a classe política daquele partido, pois o partido não olha pra um eleitorado específico), a abertura a lobistas (o partido começa a se relacionar com grupos de interesses, como o empresariado, a máquina capitalista, então surge a figura do lobista, que é uma pessoa que representa esses grupos de interesse perante os partidos políticos, nos EUA esta é uma profissão legal).

VI – Partidos de cartel de Katz e Mair(1997): Neste modelo, a ideologia é mais reduzida ainda, há um enfraquecimento das estruturas organizacionais (a base do partido some ou diminui muito, há muitos partidos sem base definida), personalização da política e centralização dos poderes na liderança partidária, maior dependência das subvenções estatais (leis que especificam o financiamento público de campanha), colusão interpartidária (os partidos agem como se fossem cartéis, ou seja, no bloco parlamentar há uma colusão entre os vários atores políticos para fazer por exemplo reformas eleitorais e políticas que garantam a eleição desses atores, é uma política de restringir novas forças políticas que possam surgir, não permitindo a entrada delas), e sobreposições entre estados e partidos.

Se pensarmos na relação entre Sociedade, partido e estado, o partido se aproxima muito do Estado e se afasta da sociedade e dos eleitores. Então o que está em jogo é a sobrevivência do partido político. Os partidos não buscam mais os filiados, querem apenas tirar recursos do Estado, o financiamento da campanha muitas vezes vem do Estado.

#### Partidos Políticos no Brasil

Os primeiros partidos políticos brasileiros surgiram ainda no Império, na época do golpe da maioria de Dom Pedro II. Eram dois partidos: Liberal e Conservador, mas os dois eram a favor da manutenção do Império. Apenas uma pequena parcela da população votava (aquela que tinha renda suficiente) e os partidos eram praticamente parlamentares, ou seja, não existiam fora do parlamento. Os poderes eram divididos em quatro: Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador. Na prática, o Moderador era aquele que comandava os outros, e apenas Dom Pedro II estava à frente deste poder, ou seja, a vontade do imperador estava a cima das outras coisas, inclusive das eleições, que eram controladas com fraudes. Estes dois partidos acabaram junto com o Império.

A Primeira República se caracterizou pela existência de partidos regionais, em contraponto ao centralismo do regime anterior. Cada estado tinha sua própria constituição e polícia militar, o que dificultava a existência de um partido nacional. Ele



até existiu, mas teve pouca relevância, como afirma Motta(2008). Assim, os partidos regionais viraram oligarquias, e a política nacional acabou dominada pelos estados mais “fortes” economicamente, que eram sobretudo São Paulo e Minas Gerais, constituindo o que ficou conhecido como Política do Café com Leite, em alusão aos produtos produzidos nos dois estados. Agravando a situação, acrescenta-se o fato que apenas os alfabetizados votavam neste período, o que representava uma pequena parcela da população, e as fraudes eleitorais eram muito relevantes, como mostra Kinzo(1980).

Entre 1930 e 1937, diversas revoltas tomaram o país, e este se caracterizou como um período de transição do sistema partidário, tendo fim os partidos regionais e estabelecendo-se uma política nacional. A constituição de 1934 criou a Justiça Eleitoral, mas não avançou muito em conquistas, apenas na crítica à política regional, como afirma Franco(1974).

No período entre 1937 e 1945, os partidos foram proibidos de funcionar e o congresso foi fechado, ou seja, inexistia um sistema partidário no país. O Estado Novo de Getúlio Vargas, baseado no Fascismo<sup>6</sup> italiano, era um governo autoritário e antidemocrático.

A democracia se estabeleceu no período entre 1945 e 1964, quando o Estado Novo caiu e um sistema multipartidário foi criado no país, com destaque para os principais partidos que eram PSD, UDN e PTB (SCHMITT, 2000). Apesar de muitas vitórias para a democracia, Schmitt destaca a proibição do voto dos analfabetos e a ilegalidade dos comunistas a partir de 1947, pontos negativos se comparados com o regime democrático que temos hoje no país. O avanço para uma política com partidos nacionais veio com a Lei Agamenon (Lei nº7586 de 28/05/1945) que permitia o registro de partidos que tinham pelo menos 10 mil eleitores apoiando, espalhados por pelo menos 5 estados, com no mínimo 500 eleitores em cada Estado. Neste período, o PSD conseguiu se estabelecer em todos os Estados, sendo o partido com maior vocação governista, sobretudo graças a ligação que os fundadores do partido tinham com Getúlio Vargas (SCHMITT, 2000).

Com o golpe em 1964, novamente o sistema multipartidário se desfez. O Ato Complementar nº 4, decretado em 1965 determinava que novas organizações deveriam ser criadas para disputar cadeiras no congresso. As regras de cotas de número mínimo

---

<sup>6</sup> O Fascismo foi um regime autoritário que surgiu no período compreendido entre a 1ª e a 2ª Guerra Mundial. Ele se baseava no culto ao líder, no nacionalismo, na repressão, no autoritarismo e no totalitarismo. O Fascismo virou exemplo de regime autoritário e influenciou outros países, como o Brasil que apesar de estar aliado com os Estados Unidos na 2ª Guerra, que era um país democrático e estava do lado de outros países democráticos, adotou o regime ditatorial, seguindo os países inimigos dos americanos na Guerra, que eram, entre outros, a Alemanha Nazista e a Itália Fascista.



de deputados para criação das organizações acabou resultando na criação de dois partidos fundamentalmente parlamentares, ARENA e MDB. Um a favor e outro contra o regime militar. Schmitt destaca que este bipartidarismo brasileiro foi forçado, vindo de cima para baixo, como era de interesse do governo ditatorial, pois assim seria mais difícil representar interesses de minorias, e seria mais fácil controlar a ação do partido de oposição. Muitos deputados da oposição foram cassados, dificultando a presença do MDB no congresso.

Em 1979, a Lei nº6767 consolidou o fim do sistema bipartidário, permitindo o registro de novos partidos. A partir daí, o sistema multipartidário foi se reestabelecendo no país e perdura até hoje.

#### Modelo Multipartidário e Governabilidade no Brasil

Uma das discussões mais relevantes em relação ao modelo multipartidário brasileiro é a governabilidade. Lijphart(1994) dividiu as democracias atuais em dois modelos(democracias consensuais e democracias majoritárias) que consideram os interesses que são atendidos por cada uma, e isso inclui o sistema partidário. Para o autor, as democracias consensuais se caracterizam por maior participação de minorias no governo e as majoritárias por participação exclusiva das maiorias. O Brasil é claramente um caso de democracia consensual, pois se caracteriza pela existência de muitos partidos no congresso, e o partido que ganha as eleições para o executivo não consegue maioria no legislativo, necessitando, portanto, de uma coalizão com outros partidos.

As democracias consensuais foram historicamente classificadas como de baixa governabilidade pela literatura, pois supõe-se que seria mais difícil aprovar projetos de leis e governar com uma alta fragmentação dos interesses e partidos no Poder Legislativo. No entanto, Limongi e Figueiredo(1999) mostram que a governabilidade no Brasil é muito alta, pois o Poder Executivo tem muito poder institucional sobre o legislativo. Ao utilizar recursos como Medidas Provisórias<sup>7</sup>, Poder de Agenda<sup>8</sup>, o executivo mantém poder sobre o legislativo para aprovar suas políticas. Além disso, o trabalho interno do legislativo se caracteriza por alta disciplina dos parlamentares, ou seja, eles votam junto com seus partidos, há uma formação de coalizões entre partidos, que criam uma maioria no congresso e conseguem aprovar as leis com mais facilidade.

---

<sup>7</sup> Os autores mostram como a maioria das Medidas Provisórias enviadas pelo Executivo são aprovadas no Legislativo, já que os custos de recusar uma MP são muito altos, pois o Executivo pode reeditá-la, é necessário maioria qualificada para recusar uma MP, e ela entra em vigor quando é enviada para o Legislativo, fazendo com que o Legislativo, caso queira recusar a MP, altere o status quo.

<sup>8</sup> O Executivo pode determinar quando um projeto vai ser apreciado na Câmara, assim, pode exigir que os projetos iniciados por ele mesmo sejam apreciados mais rapidamente.





Assim, o índice de aprovação de projetos enviados pelo executivo é muito alto e a democracia brasileira se caracteriza por alta governabilidade, apesar de ter alta representatividade devido ao número alto de partidos existentes em nossa democracia.

#### Partidos e Eleitores

A relação entre partidos e eleitores é muito debatida no Brasil e no mundo, pois temas como fidelidade partidária, voto personalista e volatilidade eleitoral fazem parte de muitos estudos em Ciência Política. Praça e Diniz(2005) defendem que o eleitor não se importa muito com partidos, e costuma votar mais na pessoa do candidato do que no partido em específico, no entanto, eles mostram que essa é uma tendência de várias democracias ocidentais. Por aqui, o partido que tem mais eleitores identificados com a legenda é o PT. Kinzo(2005) concorda que o eleitorado brasileiro não é muito fiel na hora de votar nos partidos e pouco sabe sobre os partidos de seu candidato. A autora atribui isso, entre outras coisas, ao sistema eleitoral brasileiro, que adota regras complexas que misturam sistema majoritário para o executivo, sistema de representação proporcional com lista aberta para legislativo e alianças entre os partidos. Ela refuta a tese de que a baixa identificação partidária no Brasil esteja relacionada com um sentimento de rejeição a política partidária. Como Figueiredo e Limongi(1999) demonstraram, o Brasil se caracteriza por um governo de coalizões entre os partidos e isso pode confundir o eleitor na hora de identificar os partidos e os candidatos. Outro fator importante na caracterização do voto pessoal no Brasil, é que os candidatos a cargos no legislativo fazem propagandas pessoais em suas campanhas, ou invés de fazerem propaganda para o partido (PRAÇA E DINIZ, 2005), assim, o eleitor acaba votando em um candidato a vereador ou deputado por ver nele um representante de uma determinada região ou de uma causa em específico, como diz a campanha dele.

Singer(2000) defende que a ideologia é um fator importante na hora do eleitor votar no Brasil. Entre os fatores que influenciam os votos, segundo o autor, estão os de longo prazo, que seriam normalmente considerados a renda, escolaridade, a identificação partidária e a identificação ideológica. Nos de curto prazo estariam a agenda de cada eleição<sup>9</sup>, o desempenho econômico do governo que está encerrando o mandato, as características individuais dos candidatos naquele pleito e a eficiência de suas campanhas. Durante um tempo, no entanto, foi questionado se no Brasil a ideologia seria um fator importante na hora dos eleitores decidirem o voto. O autor resolve testar a hipótese de que o fator ideológico pesa para entender o comportamento eleitoral no

---

<sup>9</sup> Por agenda da eleição, aqui, entende-se o que está em jogo naquela eleição, ou seja, quais são os principais pontos debatidos pelos candidatos





Brasil nas eleições de 1989, entre Collor e Lula. O resultado é que o posicionamento do eleitor na escala direita-esquerda corresponde ao seu voto nos candidatos de direita e de esquerda.

#### Partidos no Brasil contemporâneo

Para alguns Cientistas Políticos, o fenômeno que começou com o primeiro governo de Lula na presidência do Brasil e se fortaleceu em sua reeleição, em 2006, representou mudanças importantes no eleitorado brasileiro. Para Reis(2010), a posição socioeconômica dos eleitores passou a ter intensa correlação com seu apoio eleitoral. O autor acredita que este fenômeno pode colaborar para uma institucionalização do sistema partidário brasileiro, que se revelaria, segundo o autor, em maior identificação partidária por parte dos eleitores. Singer(2012) acredita que a reeleição de Lula marcou a consolidação de um novo fenômeno sociopolítico no país: o Lulismo, caracterizado pelo voto dos mais pobres na esquerda e a mudança dos votos da classe média tradicional, que antes votava na esquerda, e agora vota na direita. Esta classe mais pobre e majoritária no Brasil não tem forças para construir suas próprias formas de organização e por isso dependia da chegada de Lula ao poder para aparecer na política. Segundo Singer(2012), a principal característica que agrada os eleitores do PT é a capacidade de reduzir as desigualdades sociais sem ameaçar a ordem existente, ameaça esta que sempre esteve presente nos discursos contra os partidos de esquerda.

#### **Conclusão**

Os partidos políticos passaram por muitas fases nas democracias do mundo todo, e a produção intelectual tentou acompanhar esta evolução, no entanto, ainda faltam estudos, também no Brasil, sobre o funcionamento dos partidos e sua relação com a arena eleitoral. Ainda assim é possível observar muitos padrões na relação dos partidos na arena eleitoral e na arena parlamentar. Este artigo buscou trazer as discussões históricas e contemporâneas sobre esta instituição tão importante para a democracia. É importante ressaltar que o Brasil passa, possivelmente, por um período de mudanças em relação ao sistema partidário, com o voto dos mais pobres no Lula e o realinhamento da classe média, o que pode resultar, como diz Reis(2010), em uma institucionalização do nosso sistema partidário. Por isso, dependendo do período em que o professor for utilizar este trabalho, é interessante procurar avanços na literatura em relação a estes fenômenos.



### Referências Bibliográficas

- DUVERGER, M. (1970). *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- FRANCO, A. (1974). *História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa-omega.
- FIGUEIREDO, A. e LIMONGI, F. (1999). *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. São Paulo: FGV.
- GUARNIERI, F. (2011). *A força dos partidos 'fracos'*. In: Dados, Rio de Janeiro, vol. 54(1), p.235-258.
- KATZ, R. e MAIR, P. (1997). *Party System Change*. Oxford: Oxford University Press.
- KINZO, M. (1980). *Representação Política e Sistema Eleitoral no Brasil*. São Paulo: Símbolo.
- KINZO, M. (2005). *Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 20, n. 7, fevereiro de 2005, p. 65-81.
- KIRCHHEIMER, O. (1966). The transformation of The Western European party systems. In LaPOLAMBARA, J. e WEINER, M. *Political parties and political development*. New Jersey: Princeton University.
- LIJPHART, A. (2003). *Modelos de democracia: Desempenho e padrões de governo em 36 países*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MAINWARING, S. (1991). *Políticos, partidos e sistemas eleitorais: o Brasil numa perspectiva comparada*. In: Novos Estudos, São Paulo, 29.
- MOTTA, R. (2008). *Introdução à História dos Partidos Políticos Brasileiros*. Belo Horizonte: UFMG.
- NEUMANN, E. (1956). *Towards a Comparative Study of Political Parties*. Chicago: University of Chicago Press.
- PANEBIANCO, A. (2005). *Modelos de partido – organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes.
- PRAÇA, S. e DINIZ, S.(2005). *Partidos políticos: funcionam?*. São Paulo: Paulus.
- REIS, F. (2010). *Identidade política, desigualdade e partidos brasileiros*. In: Novos Estudos, São Paulo, 87.
- SCHMITT, R. (2000). *Partidos Políticos no Brasil: (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- SINGER, A. (2000). *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: Edusp.
- \_\_\_\_\_. (2012). *Os sentidos do Lulismo*. São Paulo. Companhia das Letras
- WEBER, Max. (2009). *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora da UNB.